



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 046/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 3051/2009 – 20 volumes.

Apensos: Processos 3367/2010, 4281/2008, 3378/2008.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.

4- Exercício: 2008.

5- Responsáveis: Sr. Anderson José de Souza, Prefeito no período 01.01 a 20.05.2008, Cássio André Borges dos Santos, Prefeito no período 21.05 a 13.07.2008 e Fullvio da Silva Pinto, Prefeito no período 14.07 a 31.12.2008.

6- Unidade Técnica: Informação Complementar Conclusiva, às fls. 3925/3929-DICAMI.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2231/2016-DMP-MPC/FCVM, fls. 3931/3933v, Procuradora de Contas Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça.

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva. Exercício de 2008.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais dos períodos de 01.01 a 20.05.2008, e 14.07 a 31.12.2008, bem como a aprovação do período de 21.05 a 13.07.2008.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 046/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal de Rio Preto da Eva:

- a **DESAPROVAÇÃO** da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, sob a responsabilidade do **Sr. Anderson José de Souza**, Prefeito no **período de 01.01 a 20.05.2008**, nos termos do inciso I do art. 1º da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “p”, “q”, “r”, “s”, “t”, “u” e “v” da notificação 639/2010);

- a **APROVAÇÃO** da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, sob a responsabilidade do **Sr. Cássio André Borges dos Santos**, Prefeito no **período de 21.05 a 13.07.2008**, nos termos do inciso I do art. 1º da Lei nº 2.423/96;

- a **DESAPROVAÇÃO** da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, sob a responsabilidade do **Sr. Fullvio da Silva Pinto**, Prefeito no **período 14.07 a 31.12.2008**, nos termos do inciso I do art. 1º da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “p”, “q”, “r”, “s”, “t”, “u” e “v” da Notificação 637/2010).

10- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 2 de agosto de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1 – Auditor-Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 3

PARECER PRÉVIO Nº 046/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 046/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 046/2016-TCE-Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 3051/2009 – 20 volumes.

Apensos: Processos 3367/2010, 4281/2008, 3378/2008.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.

4- Exercício: 2008.

5- Responsáveis: Sr. Anderson José de Souza, Prefeito no período 01.01 a 20.05.2008, Cássio André Borges dos Santos, Prefeito no período 21.05 a 13.07.2008 e Fullvio da Silva Pinto, Prefeito no período 14.07 a 31.12.2008.

6- Unidade Técnica: Informação Complementar Conclusiva, às fls. 3925/3929-DICAMI.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2231/2016-DMP-MPC/FCVM, fls. 3931/3933v, Procuradora de Contas Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça.

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva. Exercício de 2008.

Contas irregulares períodos de 01.01 a 20.05.2008, e 14.07 a 31.12.2008, e regular período de 21.05 a 13.07.2008. Alcance. Multas. Inabilitação para o exercício de cargo de comissão ou função de confiança. Determinação à origem. Comunicação ao TCU.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor Relator**, acompanhando o posicionamento do Ministério Público de Contas:

9.1 – Julgar IRREGULAR a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, sob a responsabilidade do **Sr. Anderson José de Souza**, Ordenador de Despesas no **período de 01.01 a 20.05.2008**, nos termos do inciso II do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 046/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 046/2016-TCE-Tribunal Pleno)

(irregularidades “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “p”, “q”, “r”, “s”, “t”, “u” e “v” da notificação 639/2010);

9.2 – Julgar REGULAR a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, sob a responsabilidade do **Sr. Cássio André Borges dos Santos**, Ordenador de Despesas no **período de 21.05 a 13.07.2008**, dando-se quitação plena ao responsável, nos termos do inciso II do art. 1º; inciso I do art. 22; art. 23 e inciso I do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96, considerando que as contas expressam, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão;

9.3 - julgar IRREGULAR a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, sob a responsabilidade do **Sr. Fullvio da Silva Pinto**, Ordenador de Despesas no **período 14.07 a 31.12.2008**, nos termos do inciso II do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “p”, “q”, “r”, “s”, “t”, “u” e “v” da Notificação 637/2010);

9.4 – declarar em Alcance o senhor Ivo Barroncas Viana, Secretário de Finanças da Prefeitura de Rio Preto da Eva, exercício 2008, no valor R\$ 78.573,58 (setenta e oito mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos), em razão de vários elementos de despesa não precedidos do regular empenho e liquidação (irregularidade tratada no Processo 3378/2008, “a” da notificação 639/2010), nos termos do art.304 do RI-TCE/AM;

9.5 - aplicar multa ao Sr. Anderson José de Souza, Ordenador de Despesas no período de 01.01 a 20.05.2008, no valor de R\$ 16.448,68, nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “p”, “q”, “r”, “s”, “t”, “u” e “v” da notificação 639/2010);

9.6 - aplicar multa ao **Sr. Fullvio da Silva Pinto**, Ordenador de Despesas no período 14.07 a 31.12.2008:

9.6.1 - no valor de R\$ 4.840,02 (806,67 x 6 meses) na forma do inciso II do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em razão de inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal de documentos ao sistema ACP (irregularidade “s” da Notificação 637/2010);

9.6.2 - no valor de R\$ 16.448,68, nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “p”, “q”, “r”, “s”, “t”, “u” e “v” da Notificação 637/2010).

9.7 - fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do Ofício de comunicação deste Decisório, para que o Responsável comprove, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro do Município de Rio Preto da Eva do montante declarado em alcance, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei n. 2.423/96,



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 046/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 046/2016-TCE-Tribunal Pleno)

corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei n. 2.423/96);

9.8 - fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);

9.9 - remeter os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

9.10 - considerar o **Sr. Anderson José de Souza**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no período de 01.01 a 20.05.2008, inabilitado por 05 anos para o exercício de cargo de comissão ou função de confiança, em virtude da existência de graves infrações por ele praticadas, nos termos do art. 54 da Lei Orgânica-TCE/AM;

9.11 - arquivar o Processo 4281/2008 (anexo a esta) por já ter sido julgado;

9.12 - **determinar** à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM:

- o envio de modo tempestivo das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;
- a remessa no prazo estipulado dos Relatórios de Gestão Fiscal e dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei 2423/96 e do §1º da Resolução 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;
- a publicidade dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei 10.028/2000), quanto aos RGF;
- a regularização da situação da contratação de pessoal para atuar em programas de saúde, observando a regra de realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88, ou da contratação por tempo determinado, com base no inciso IX do art. 37 da CF/88, conforme a continuidade permanente ou não do programa, sendo vedada a contratação de pessoal mediante licitação.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº 046/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 046/2016-TCE-Tribunal Pleno)**

- o compute dos gastos com pagamento de pessoal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, independente do vínculo da contratação;
- a observância nas licitações e contratos observe de todas as regras estipuladas pela Lei 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da lei 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei 8666/93), entre outras;
- em caso de emergência que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93;
- a realização de procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei 8.666/93;
- a adoção das medidas necessárias à realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;
- o atendimento ao estabelecido no art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei nº 2.423/96 que prever Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;
- o cumprimento dos art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei 2.423/96 que estabelecem a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- recolha dentro do prazo determinado as contribuições ao INSS, a fim de evitar o pagamento de juros e multas (alínea “b” do inciso I do art. 216 do Decreto 3.048/99).
- observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 046/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 046/2016-TCE-Tribunal Pleno)

9.13 – Nos termos do Voto-Destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, acolhido integralmente pelo Relator, que seja oficiado o Tribunal de Contas da União, para que tome ciência da impropriedade elencada pela DICOP, em razão de se tratarem de verbas públicas federais, conforme item 9 da Proposta de Voto, se afastando, por isso, da competência desta Corte de Contas.

10- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 2 de agosto de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1 – Auditor-Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral